

EDITAL DE LICITAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DA PREFEITURA DE ARARANGUÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2024 – RE RATIFICADO
(Processo Administrativo nº58/2024)

Torna-se público que a Secretaria Obras, por meio da **Secretaria de Administração**, sediada à Rua Dr. Virgulino de Queiroz, 200 – Centro – Araranguá/SC, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021, Lei Complementar nº 310/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 Decreto nº11572 de 30 de janeiro de 2024 - Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos do Município de Araranguá/SC.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 08h00 do dia 12 de abril de 2024 até às 08h15min do dia 10 de maio de 2024.

Início da Sessão de Disputa de Preços: 08h30min do dia 10 de maio de 2024, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada objetivando a **contratação de empresa (s) especializada(s) na manutenção, com fornecimento de peças, de máquinas da linha pesada (retro-escavadeiras, moto-niveladoras) pertencentes a frota da Prefeitura Municipal de Araranguá/SC**, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

A licitação será julgada **por lote**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos item forem de seu interesse.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação qualquer pessoa física ou jurídica legalmente estabelecida no País e que atenda às exigências deste Edital e seus anexos.

2.2. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Município de Araranguá ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- 2.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal n. 6.404/1976, concorrendo entre si;
- 2.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do Município de Araranguá, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do artigo 9º da Lei Federal n. 14.133/2021;
- 2.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.2.2 e 2.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.5. O disposto nos itens 2.2.2 e 2.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.6. O impedimento de que trata o item 2.2.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 2.9. Os profissionais organizados na forma de cooperativas somente podem participar de licitação e serem contratadas acaso comprovem a possibilidade de executar o objeto do contrato com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre o Município de Araranguá e os cooperados, atendidas as condições do artigo 16 da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 2.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.11. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.12. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.13. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal n. 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n. 123/2006.
- 2.14. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal n. 14.133/2021, para o agricultor familiar, o

produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n. 123/2006 e Lei Complementar Municipal 310/2021.

2.14 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3. PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

3.1. A presente licitação será conduzida pelo pregoeiro, que será auxiliado pela **equipe de apoio e secretaria requisitante**, de acordo com o seguinte procedimento:

- (a) publicação do Edital;
- (b) credenciamento no sistema de licitações;
- (c) eventual pedido de esclarecimento ou impugnação;
- (d) resposta motivada sobre o eventual pedido de esclarecimento ou impugnação;
- (e) cadastramento da proposta e envio dos documentos de habilitação no sistema de licitações;
- (f) avaliação das condições de participação;
- (g) apresentação de propostas e lances;
- (h) julgamento;
- (i) verificação de efetividade dos lances ou propostas;
- (j) negociação;
- (k) habilitação;
- (l) declaração de vencedor;
- (m) interposição de recurso;
- (n) adjudicação e homologação.

4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES

4.1. Os interessados deverão providenciar seu credenciamento, com atribuição de chave de identificação e senha pessoais e intransferíveis pelo *site* **www.portaldecompraspublicas.com.br**

4.2. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico realizado pela Prefeitura Municipal de Araranguá;

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao município de Araranguá a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do seu uso indevido, ainda que por terceiros;

4.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

4.5. O licitante responsabilizar-se-á exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

4.6. A participação na sessão pública do Pregão Eletrônico, bem como o encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, dar-se-á exclusivamente por meio do acesso ao *site* **www.portaldecompraspublicas.com.br**, mediante a chave de acesso e a senha do credenciado, observado a data e o horário limite estabelecido no item 6 deste Edital;

4.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, bem como as mensagens disponibilizadas por meio do *site*, desde a data da publicação do Edital. Fica a Administração isenta de

qualquer responsabilidade diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua conexão ou desconexão;

4.8. É de responsabilidade do credenciado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para pedir esclarecimentos e impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

5.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **exclusivamente através do site www.portaldecompraspublicas.com.br**.

5.3. O pregoeiro deverá receber o pedido de esclarecimento e impugnação e remetê-lo imediatamente à **Secretaria Requisitante**, para que ofereça resposta motivada.

5.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no mesmo sistema que o Edital no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.5. Acaso o pedido de esclarecimento ou impugnação não seja respondido até o último dia útil anterior à abertura do certame, ela deverá ser adiada, de modo que seja respeitado o prazo de intervalo entre a data da resposta ao pedido de impugnação e a abertura da licitação.

5.6. Acolhida a impugnação, caso a modificação comprometa a formulação das propostas, será definida e publicada nova data para a realização do certame, respeitando os prazos mínimos do artigo 55 da Lei Federal n. 14.133/2021.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sua proposta comercial, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública e os documentos de habilitação conforme horário estabelecido durante a sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

6.2.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal n. 14.133/2021.

6.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa caso deseje usufruir do tratamento diferenciado, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021.

- 6.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.2a6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal n. 14.133/2021 e neste Edital.
- 6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas após a fase de envio de lances.
- 6.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, observando as indicações do Anexo I do edital, bem como a indicação do valor Máximo admitido para o **lote**.
- 7.2. A cotação deverá ser em moeda corrente nacional com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, contando valor por **lote, DESCRIÇÃO DETALHADA e marca para as peças**.
- 7.3. O valor **máximo admitido para o lote** é critério de aceitabilidade de proposta.
- 7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 7.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação, para fins de Registro de Preços **12 (doze) meses** contados da Assinatura da Ata.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. A abertura da presente licitação ocorrerá em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital e será presidida pelo Pregoeiro (a). Em caso de suspensão, sua continuidade se dará nos termos indicados em comunicado formal subsequente.
- 8.1.1. **Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.**
- 8.2. No início da sessão o Pregoeiro avaliará e desclassificará as propostas que identifique o licitante.
- 8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

- 8.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro (a) e os licitantes.
- 8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor **por LOTE**.
- 8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,10 (dez centavos de real)**.
- 8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de **disputa aberta**.
- 8.12. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública.
- 8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado antes.
- 8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas pelo menos **vinte e quatro horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no *site* utilizado para divulgação.
- 8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006 e da **Lei Complementar Municipal 310/2021**.

8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **cinco minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.19.5. Decorrida a etapa de lances, será concedida a prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) superior da menor oferta, a fim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, nos termos da Lei Municipal n° 310/2021 de 19/03/2021.

8.19.5.1 Para efeitos do Art. 20 da Lei Municipal n° 310/2021, considera-se:

I – local ou municipal: o limite geográfico do município de Araranguá;

II – regional: o âmbito dos municípios constituintes da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense – AMESC;

8.19.6.

8.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei Federal n. 14.133/2021, nesta ordem:

8.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

8.20.2.2. empresas brasileiras;

8.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal n. 12.187/2009.

8.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 8.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 8.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.21.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de no mínimo **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.21.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14 da Lei Federal n. 14.133/2021, artigo 36 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá e no item 2.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, observada a abrangência da penalidade, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e**
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).**
- c) SICAF.**

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal n. 8.429/1992.

9.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens e 6.4 deste edital.

9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 9.6.1. conter vícios insanáveis;
- 9.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar a planilha elaborada por ele, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.10. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para realizar a fase de habilitação.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei Federal n. 14.133/2021, deverão ser enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo máximo de até 60 (sessenta) minutos após o encerramento da fase de negociação.

10.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

10.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.2.5 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT;

10.3. Qualificação Econômico e Financeira

10.3.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.3.2. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;

10.3.3. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis da empresa juntamente com as notas explicativas, assinado pelo representante legal da empresa e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), registrado na Junta Comercial do Estado, mencionando expressamente o número do Livro Diário e folhas em que se acha regularmente transcrito, com fotocópia da página de abertura e de fechamento do respectivo Livro Diário, que comprove a boa situação financeira por meio da satisfação de índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC), e solvência geral (SG) superiores a 1 (um), com indicação dos seus cálculos, que deverão ser realizados de acordo com as seguintes fórmulas, devidamente assinados pelo representante legal da empresa e pelo contador):

$$LG = \frac{AC+R}{PC+ELP}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

$$SG = \frac{AC}{PC+PN}$$

Onde:

LG = Liquidez Geral
AC = Ativo Circulante
RPL = Realizável a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível a Longo Prazo
LC = Liquidez Corrente
PNC = Passivo Não Circulante

10.3.5. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor do Foro da sede da matriz da Pessoa Jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

Para o estado de Santa Catarina, disponível através do endereço <https://www.tjsc.jus.br/web/judicial/certidoes>.

Para as certidões emitidas em outros estados será observado as orientações constantes das mesmas.

10.3.6. O proponente que apresentar resultados econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices exigidos deverá comprovar que possui Capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.3.7. Certidão Simplificada da Junta Comercial, com data de emissão inferior a 90 (noventa) dias da data de abertura do certame, ou declaração firmada pelo representante legal, sob as penas da lei, atestando o preenchimento dos requisitos legais para tanto, para comprovação da condição de Microempresa, Microempreendedor Individual e Empresa de Pequeno Porte.

10.4. Qualificação Técnica e outras declarações

10.4.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.

O(s) atestado(s) devera(ão) conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que o MUNICIPIO possa valer –se para manter contato com a empresa declarante.

10.4.4. Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, Lei nº. 9854/99 e no Decreto nº.4358/2002, de que não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

10.4.5. Declaração de Parentesco

10.4.6 Modelo de declaração de idoneidade para licitar

10.5. O fornecedor cadastrado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) não precisa apresentar novamente os documentos constantes do cadastro, conforme artigo 51 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá.

10.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.4.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão

traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal n. 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.5. **Quando permitida a participação de consórcio de empresas**, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme artigo 38 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá.

10.6. Para fins de habilitação os documentos poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou assinados digitalmente.

10.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal n. 14.133/2021.

10.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

10.11. A verificação pelo pregoeiro, em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no PNCP serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **duas horas** prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.12. A verificação no PNCP ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (artigo 64 da Lei Federal n. 14.133/2021):

10.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.14. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro ou comissão de contratação, quando o substituir, poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.11.1.

10.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (artigo 42 da Lei Complementar 123/2006).

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no artigo 165 da Lei Federal n. 14.133/2021.

11.2. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer no prazo de até **10 (dez) minutos** da disponibilização ou da lavratura do ato recorrido, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começam a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

11.2.1. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo agente de licitação ao vencedor.

11.2.2. Entende-se por manifestação motivada da intenção de recorrer a indicação sucinta dos fatos e das razões do recurso, sem a necessidade de indicação de dispositivos legais ou regulamentares violados ou de argumentação jurídica articulada.

11.2.3. As razões do recurso poderão trazer outros motivos não indicados expressamente na sessão pública.

11.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, exclusivamente pelo site **www.portaldecompraspublicas.com.br**.

11.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso e as contrarrazões, caso haja, para a autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema de licitação.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Após a autoridade competente homologar o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para assinar O CONTRATO E/OU ATA DE SRP, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município de Araranguá.

12.2. O licitante vencedor por item deverá manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação que lhe foram exigidas nesta licitação.

12.3. A recusa injustificada do licitante 1º colocado em atender o disposto no item 12.1., dentro do prazo estabelecido, sujeitará, o licitante à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos.

12.4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, considerando-se o disposto na Lei nº. 14.133/2021.

12.5. A contratação com o (s) fornecedor (es) registrado (s), após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de instrumento contratual, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

12.6 As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas na Minuta do Contrato constante do **Anexo II** deste Edital.

12.7 Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e a proposta apresentada pelo adjudicatário.

12.8 Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, a partir da data da convocação, certidões negativas de débitos contribuições federais a Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e certidões negativas de tributos e, estadual e municipal e CNDT, sob pena de a contratação não ser concretizada, devendo manter estas certidões atualizadas.

12.9 Se a documentação anteriormente apresentada para habilitação ou constante do cadastro estiver dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação da mesma.

12.10. A ata de Registro de Preços pode ser objeto de alteração, aplicando – se as normas e os mesmos pressupostos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e regulamento específico.

12.11. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços regem-se pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Regulamento específico.

12.12. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (hum) ano, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, restaurando –se para o período de prorrogação, o quantitativo original, independentemente do que se tenha contratado pelo município no primeiro ano de vigência, conforme disposto no Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021 e da Lei Municipal 4.056/2023, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 13.1.5. fraudar a licitação;
- 13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.1.8. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal n. 12.846/2013.
- 13.2. Com fulcro na Lei Federal n. 14.133/2021 e na Lei Municipal 4.056/2023, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 13.2.1. advertência;
 - 13.2.2. multa;
 - 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado ou, caso a não tenha sido firmado contrato, sobre o valor estimado da contratação, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 13.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Araranguá, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no §5º do artigo 156 da Lei Federal n. 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

13.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização pela Comissão Permanente de Ética e Disciplina nas Licitações e Contratos do município, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá no prazo de 10 (dez) dias úteis, representação contra os atos da Comissão Permanente de Ética e Disciplina nas Licitações e Contratos, a ser encaminhada ao Secretário de Administração, que a receberá sem efeito suspensivo e decidirá a seu respeito após ouvida a Procuradoria-Geral do Município.

13.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação ao Chefe do Poder Executivo, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar serão aplicadas conforme a dosimetria prevista no Artigo 71 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá, as quais são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal n. 14.133/2021.

13.17. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma do artigo 72 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e *site* oficial da **Prefeitura Municipal de Araranguá/SC** – www.ararangua.sc.gov.br e no *site* www.portaldecompraspublicas.com.br.

14.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Minuta Ata de SRP

14.11.2.1 – ANEXO II.1 – Minuta de Contrato

ANEXO III – Modelo de Declaração de Parentesco

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Idoneidade para Licitar

Araranguá, 24 de maio de 2024.

Volnei Roniel Bianchin da Silva
Secretário de Administração

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Trata-se da contratação de uma empresa especializada em manutenção mecânica de máquinas pesadas como Retro-escavadeiras e Motoniveladoras, que são utilizados nos serviços realizados nas Secretárias de Obras e Agricultura do município de Araranguá/SC.

JUSTIFICATIVA: Se faz necessária a contratação do objeto para o auxílio no atendimento aos serviços solicitados na Secretaria de Agricultura relacionados a todas as etapas do plantio, ora a preparação da terra com os serviços de arado, grade, esterqueira, ensiladeira ou colheitadeira. Os serviços são realizados para auxiliar o pequeno agricultor que não possui o maquinário em sua propriedade. O Município de Araranguá, por estar em área de planície, enfrenta problemas, relacionados à drenagem das áreas agrícolas e também de armazenamento de água, que por sua vez demandam serviços de retroescavadeira destinada a abertura e limpeza de canais comunitários, construção de açudes destinados à piscicultura e armazenamento de água para irrigação, incluindo também a dessedentação de animais, podendo ser incluída a realização de pequenas destocas.

Tem-se em Araranguá/SC a maior parte das propriedades rurais sendo inferiores a 20 hectares, deixando indiscutível que os mesmos precisam de um incentivo para uma contínua produção e a diminuição do êxodo rural.

Além da necessidade das máquinas para suporte a secretaria de agricultura, algumas máquinas são utilizadas na manutenção e conservação de vias do município dando suporte na Secretaria de Obras.

JUSTIFICATIVA DA AGLUTINAÇÃO DOS ITENS EM LOTES: Para garantia e eficiência na execução de serviços e fornecimento de peças, identifica-se a necessidade de contratação de empresa para realização dos serviços por lote. Quando identificado problema ou realizado a manutenção corretiva das máquinas, é extremamente necessário que uma empresa centralize os serviços, garantindo celeridade, evitando o transporte desnecessário e indevido, assim como sucateamento da máquina. Dessa forma, reunimos máquinas de mesmas características de forma a prezar pela excelência dos serviços e não restringir a disputa como um todo. Ainda, a garantia de peças e serviços fica mais gerenciável tendo em vista se tratar de contratado único para cada um dos lotes.

DETALHAMENTO DO OBJETO/QUANTIDADE E VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE

Cód. Lote: 1 - Lote: PMA-109					
Item	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit. (R\$)	Cotação Max. Total (R\$)
1	ABRAÇADEIRA CRUZETA CARDAN	UNIDADE	8,0000	9,2700	74,16
2	ADITIVO FREIO	UNIDADE	2,0000	70,8500	141,70
3	ANEL DE ENCOSTO PISTÃO DO FREIO	UNIDADE	4,0000	29,8000	119,20
4	ANEL DE TRAVA 55MM	PC	12,0000	13,4300	161,16
5	ANEL ENCOSTO EXTERNO PISTÃO FREIO	PC	4,0000	29,1300	116,52
6	ANEL EXTERNO EMBOLO FREIO	UNITÁRIO	4,0000	127,3900	509,56
7	ANEL INTERNO EMBOLO FREIO	UNITÁRIO	4,0000	167,0300	668,12
8	ANEL PINO SUPERIOR CONCHA (PADRONIZADA)	UNIDADE	8,0000	13,7000	109,60

9	ANEL TRAVA 2.5 X45MM (PADRONIZADA)	UNIDADE	20,0000	3,7700	75,40
10	ANEL TRAVA INFERIOR PINO PIVÔ	UNIDADE	4,0000	5,5300	22,12
11	ANEL TRAVA MEDIO	PC	20,0000	1,7500	35,00
12	ANEL TRAVA PINO EIXO CENTRAL DIANTEIRO	PC	16,0000	11,5300	184,48
13	ANEL DE VEDACAO DO CUBO	PC	4,0000	10,5300	42,12
14	ARRUELA 70MM	UNIDADE	4,0000	29,2800	117,12
15	ARRUELA 75MM	UNIDADE	8,0000	10,5300	84,24
16	ARRUELA AJUSTE 40MM GROSSA (PADRONIZADA)	UNIDADE	40,0000	5,1200	204,80
17	ARRUELA DE AJUSTE 45MM FINA (PADRONIZADA)	UNIDADE	2,0000	5,5100	11,02
18	ARRUELA AJUSTE 55MM	UNIDADE	20,0000	6,4200	128,40
19	ARRUELA AJUSTE 60MM GROSSA (PADRONIZADA)	UNIDADE	20,0000	6,7400	134,80
20	ARRUELA DE AJUSTE GRANDE	PC	40,0000	6,3300	253,20
21	ARRUELA DE AJUSTE MEDIA	UNIDADE	80,0000	1,0800	86,40
22	ARRUELA DE AJUSTE PE DA LANCA (PADRONIZADA)	UNIDADE	8,0000	7,9800	63,84
23	ARRUELA EXTERNA PINO EIXO CENTRAL (PADRONIZADA)	UNIDADE	4,0000	17,4400	69,76
24	ARRUELA INFERIOR DO PIVO	UNIDADE	4,0000	61,2700	245,08
25	ARRUELA VEDAÇÃO VALVULA GIRO	UNIDADE	8,0000	5,9600	47,68
26	ARTICULAÇÃO DA BARRA (PADRONIZADO)	UNIDADE	4,0000	183,1400	732,56
27	BARRA DE DIRECAO	UNIDADE	4,0000	252,4400	1.009,76
28	BOMBA ALIMENTADORA	UNIDADE	2,0000	433,0100	866,02
29	BOMBA HIDRÁULICA PRINCIPAL (PADRONIZADO)	UNIDADE	2,0000	4.579,2000	9.158,40
30	BUCHA ARTICULAÇÃO CONCHA DIANTEIRA	UNIDADE	8,0000	26,2800	210,24
31	BUCHA BARRA E TIRANTE LATERAL CAÇAMBA	UNIDADE	8,0000	75,6200	604,96
32	BUCHA CILINDRO GIRO	UNIDADE	8,0000	61,1400	489,12
33	BUCHA CONCHA MANCAL	UNIDADE	8,0000	80,0200	640,16
34	BUCHA CONCHA	PC	4,0000	74,0500	296,20
35	BUCHA DA PONTA DO BRACO	UNIDADE	4,0000	78,3100	313,24
36	BUCHA SUPERIOR TIRANTE CAÇAMBA FRONTAL	UNIDADE	8,0000	60,7800	486,24
37	BUCHA DE BRONZE ARTICULAÇÃO CONCHA DIANTEIRA	UNIDADE	8,0000	128,0400	1.024,32
38	BUCHA DE BRONZE CILINDRO LEVANTE DIANTEIRA	UNIDADE	8,0000	128,6900	1.029,52
39	BUCHA MUNHAO CILINDRO GIRO	UNIDADE	8,0000	78,7900	630,32
40	BUCHA DO TIRANTE/BRAÇO CAÇAMBA DIANTEIRA	UNIDADE	4,0000	96,3300	385,32
41	BUCHA EXTERNA MUNHÃO CILINDRO	UNIDADE	8,0000	80,5500	644,40
42	BUCHA HASTE CILINDRO ARTICULAÇÃO PENETRAÇÃO	UNIDADE	4,0000	87,1000	348,40
43	BUCHA HASTE CILINDRO ESTABILIZADORA /CAÇAMBA DIANTEIRO	UNIDADE	4,0000	53,0100	212,04
44	BUCHA HASTE CILINDRO GIRO	UNIDADE	4,0000	96,6700	386,68
45	BUCHA INFERIOR ARTICULAÇÃO CONCHA (PADRONIZADA)	UNIDADE	4,0000	64,2400	256,96
46	BUCHA INFERIOR DA CONCHA TRASEIRA	UNIDADE	8,0000	87,8600	702,88
47	BUCHA LATERAL ESTABILIZADOR	UNIDADE	4,0000	69,1900	276,76
48	BUCHA LIGAÇÃO BRAÇO/LANÇA	UNIDADE	4,0000	74,3400	297,36
49	BUCHA PE CILINDRO ESTABILIZADOR (PADRONIZADA)	UNIDADE	8,0000	139,9000	1.119,20

50	BUCHA PE DA LANÇA	UNIDADE	4,0000	125,1400	500,56
51	BUCHA PE ESTABILIZADOR	UNIDADE	8,0000	53,6700	429,36
52	BUCHA PÉ ESTABILIZADOR/MESA	UNITÁRIO	8,0000	49,5200	396,16
53	BUCHA PE PONTA DA LANÇA	PC	4,0000	140,8200	563,28
54	BUCHA PINO BALANÇA	UNIDADE	4,0000	96,4500	385,80
55	BUCHA PINO INFERIOR CONCHA	UNIDADE	8,0000	54,9100	439,28
56	BUCHA PONTA BRACO	UNIDADE	4,0000	75,7800	303,12
57	BUCHA PONTA BRAÇO ESCAVAÇÃO	UNIDADE	8,0000	97,8600	782,88
58	BUCHA PONTA BRACO TRASEIRA	UNIDADE	8,0000	63,4300	507,44
59	BUCHA PONTA DO BRACO	PC	4,0000	88,7100	354,84
60	BUCHA SOB MEDIDA DO GIRO/PIVO	UNIDADE	8,0000	46,3900	371,12
61	BUCHA SUPERIOR/ INFERIOR MESA	UNIDADE	4,0000	139,1500	556,60
62	BUJÃO CARÇAÇA DIFERENCIAL TRASEIRO	UNIDADE	8,0000	181,4100	1.451,28
63	CABO ACELERADOR DE MÃO	UNIDADE	2,0000	285,9500	571,90
64	CABO DE ACELERADOR	UNIDADE	2,0000	233,0700	466,14
65	CABO TRAVA DA LANÇA	UNIDADE	2,0000	220,2800	440,56
66	CALCO DE AJUSTE PINO PE DA LANÇA	UNIDADE	8,0000	8,8500	70,80
67	CARÇAÇA CAIXA SATELITE TRASEIRA	UNIDADE	2,0000	3.895,8400	7.791,68
68	CONEXÃO VALVULA CILINDRO ESTABILIZADOR	UNIDADE	4,0000	43,7500	175,00
69	CORPO CRUZETAS SEMI - EIXO (PADRONIZADO)	UNIDADE	4,0000	281,5300	1.126,12
70	CORREIA ALTERNADOR	UNIDADE	2,0000	150,9300	301,86
71	COXIM INFERIOR DIANTEIRO CABINE	UNIDADE	2,0000	68,0900	136,18
72	COXIM SUPERIOR TRASEIRO CABINE	UNIDADE	4,0000	86,6800	346,72
73	COXIM INFERIOR TRASEIRO CABINE	UNIDADE	4,0000	67,1600	268,64
74	COXIM SUPERIOR DIANTEIRO CABINE	UNIDADE	4,0000	88,6600	354,64
75	CRUZETA CARDAN	UNIDADE	4,0000	73,9500	295,80
76	CRUZETA DO SEMI-EIXO	UNIDADE	8,0000	58,9200	471,36
77	DENTE CONCHA TRASEIRA	UNIDADE	6,0000	103,8000	622,80
78	DENTE LATERAL L.D CONCHA TRASEIRA	UNIDADE	2,0000	158,8300	317,66
79	DENTE LATERAL L.E CONCHA TRASEIRA	UNIDADE	2,0000	159,3000	318,60
80	DISCO SINTERIZADO DO FREIO	PC	20,0000	76,8700	1.537,40
81	ESPAÇADOR DO PINO PE DA LANÇA	UNIDADE	4,0000	19,3600	77,44
82	GARFO TUBO CARDAN	UNIDADE	2,0000	224,8600	449,72
83	GAXETA REPARO CILINDRO PROF/ESTABILIZADOR	UNIDADE	4,0000	47,8100	191,24
84	GRAXEIRA 10MM RETA	PC	20,0000	2,2400	44,80
85	GRAXEIRA RETA 3/8	PC	40,0000	1,2800	51,20
86	GRAXEIRA RETA 5/16	PC	20,0000	0,9400	18,80
87	GUIA BRAÇO EXTENSIVEL	UNIDADE	8,0000	118,5600	948,48
88	HASTE CILINDRO CONCHA TRASEIRA	UNITÁRIO	2,0000	1.571,9200	3.143,84
89	HASTE CILINDRO ESTABILIZADOR 60MM	UNIDADE	4,0000	1.713,1800	6.852,72
90	HELICE DO MOTOR 20"	UNIDADE	2,0000	713,0400	1.426,08
91	JUNTA ESFÉRICA COMANDO	UNITÁRIO	2,0000	41,7700	83,54
92	KIT PASTILHA FREIO ESTACIONARIO	UNIDADE	2,0000	114,6600	229,32
93	LUVA DO CÁRDAN DIANTEIRO	UNIDADE	2,0000	363,9100	727,82
94	MANGUEIRA INFERIOR RADIADOR	UNIDADE	2,0000	68,4600	136,92
95	MOLA BANCO	UNITÁRIO	2,0000	133,6200	267,24

96	PARAFUSO DE LAMINA	UNIDADE	20,0000	7,5900	151,80
97	PARAFUSO DIFERENCIAL TRASEIRO	UNIDADE	24,0000	18,2500	438,00
98	PARAFUSO DO FLANGE CARDAN	UNIDADE	8,0000	7,0100	56,08
99	PARAFUSO TRAVA DO PINO GIRO	UNIDADE	2,0000	13,5500	27,10
100	PARAFUSO TRAVAPINO PÉ LANÇA	UNIDADE	4,0000	7,3400	29,36
101	PATIM DO BRAÇO EXTENSIVEL	UNIDADE	8,0000	98,3500	786,80
102	PINO ARTICULAÇÃO	UNITÁRIO	2,0000	165,7100	331,42
103	PINO BASE TIRANTE CONCHA TRASEIRA	UNIDADE	2,0000	163,5800	327,16
104	PINO BRAÇO CONCHA DIANTEIRA	UNIDADE	8,0000	242,6700	1.941,36
105	PINO CAÇAMBA DIANTEIRA	UNIDADE	8,0000	129,0000	1.032,00
106	PINO DA BALANÇA	UNIDADE	2,0000	386,9700	773,94
107	PINO DA SAPATA	UNIDADE	4,0000	165,4300	661,72
108	PINO ESTABILIZADOR CHASSI	UNIDADE	4,0000	229,6100	918,44
109	PINO HASTE CILINDRO CONCHA	UNIDADE	4,0000	142,4200	569,68
110	PINO HASTE CILINDRO CONCHA TRASEIRA (PADRONIZADA)	UNIDADE	2,0000	146,1500	292,30
111	PINO HASTE CILINDRO ESTABILIZADOR	UNIDADE	4,0000	120,4400	481,76
112	PINO HASTE CILINDRO GIRO	UNIDADE	4,0000	161,3100	645,24
113	PINO HASTE CILINDRO LEVANTE DIANTEIRO	UNIDADE	4,0000	133,9300	535,72
114	PINO HASTE CILINDRO BASCULAMENTO DIANTEIRO	UNIDADE	8,0000	200,1000	1.600,80
115	PINO INFERIOR DA CONCHA TRASEIRA (PADRONIZADA)	UNIDADE	4,0000	218,7500	875,00
116	PINO INFERIOR DO PIVO	UNIDADE	2,0000	222,9900	445,98
117	PINO OLHAL HASTE CILINDRO ESTABILIZADOR	UNIDADE	4,0000	103,8800	415,52
118	PINO PE ARTICULADOR CONCHA TRASEIRA	UNIDADE	2,0000	160,6100	321,22
119	PINO DO PÉ DO BRAÇO ESTABILIZADOR 50X298	UNIDADE	4,0000	234,1400	936,56
120	PINO PÉ CILINDRO LEVANTE 50X256	UNIDADE	2,0000	252,4800	504,96
121	PINO DO PE DA LANCA	PC	2,0000	377,1900	754,38
122	PINO PE ESTABILIZADOR	UNIDADE	4,0000	242,4500	969,80
123	PINO SUPERIOR DO PIVO	PC	2,0000	622,2400	1.244,48
124	PLACA DO GUIA BRAÇO EXTENSIVEL	UNIDADE	8,0000	49,3100	394,48
125	POLIA TENSORA	UNIDADE	2,0000	758,5200	1.517,04
126	PONTEIRA DO CARDAN DIANTEIRO	UNIDADE	2,0000	202,2900	404,58
127	PORCA 3/8 AUTO-TRAVANTE NC	UNIDADE	10,0000	0,3000	3,00
128	PORCA AUTO TRAVANTE 12MM	UNIDADE	10,0000	2,2700	22,70
129	PORCA PARAFUSO DE LAMINA	UNIDADE	20,0000	1,9000	38,00
130	RASPADOR DA HASTE COMANDO	UNIDADE	16,0000	6,2200	99,52
131	REPARO CILINDRO CONCHA TRASEIRA	UNIDADE	2,0000	313,2200	626,44
132	REPARO CILINDRO ESTABILIZADOR DA CONCHA TRASEIRA	UNIDADE	2,0000	166,4200	332,84
133	REPARO CILINDRO ESTABILIZADOR/PROF.	UNIDADE	2,0000	195,5800	391,16
134	REPARO CILINDRO GIRO	UNIDADE	4,0000	454,2300	1.816,92
135	REPARO CILINDRO DA LANCA TRASEIRA	UNIDADE	2,0000	480,4600	960,92
136	REPARO CILINDRO LEVANTE	UNIDADE	2,0000	236,9800	473,96
137	REPARO CILINDRO PROFUNDIDADE	PC	2,0000	446,1300	892,26
138	RETENTOR CUBO DE RODA	UNIDADE	4,0000	130,1800	520,72
139	RETENTOR PINHAO DIFERENCIAL	PC	4,0000	81,1200	324,48

140	ROLAMENTO DE RODA	PC	4,0000	116,1400	464,56
141	ROLAMENTO DO SEMI-EIXO	UNIDADE	4,0000	187,9300	751,72
142	ROLAMENTO SEMI EIXO	UNIDADE	12,0000	79,1300	949,56
143	TAMPA DO OLEO DIESEL	PC	2,0000	285,5700	571,14
144	TUBO BOMBA HIDRAULICA	UNIDADE	2,0000	443,9900	887,98
145	TUBO CILINDRO SAPATA	PC	2,0000	1.167,1500	2.334,30
146	VALVULA DE AMORTECIMENTO	UNIDADE	2,0000	212,0200	424,04
147	VALVULA DE PRESSÃO	UNIDADE	2,0000	1.347,0400	2.694,08
148	VEDAÇÃO INFERIOR VIDRO TRASEIRO	UNIDADE	2,0000	18,1500	36,30
149	VEDAÇÃO VIDRO LADO DIREITO	SERVIÇO	2,0000	707,1300	1.414,26
150	VEDAÇÃO VIDRO LADO ESQUERDA	SERVIÇO	2,0000	541,6700	1.083,34
151	VEDAÇÃO VIDRO PORTA DIREITA	SERVIÇO	2,0000	547,2900	1.094,58
152	VEDAÇÃO VIDRO PORTA ESQUERDA	SERVIÇO	2,0000	1.143,9600	2.287,92
153	VEDADOR BUCHA HASTE CILINDRO GIRO	UNIDADE	8,0000	21,0100	168,08
154	VEDADOR DO PINO SUP INFERIOR DO PIVO	UNIDADE	8,0000	32,9100	263,28
155	VEDADOR PINO PE DA LANÇA	UNIDADE	4,0000	25,0500	100,20
156	SERVICOS MECANICOS E MAO DE OBRA	SERVIÇO	675,0000	133,3300	89.997,75

VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE (R\$)

195.541,97

Cód. Lote: 2 - Lote: PMA-107

Item	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
157	ABRACADEIRA CILINDRO LANCA (PADRONIZADA)	UNIDADE	4,0000	8,6700	34,68
158	ABRACADEIRA CRUZETA CARDAN	UNIDADE	8,0000	9,3300	74,64
159	ADITIVO FREIO	UNIDADE	2,0000	70,1700	140,34
160	ANEL EXTERNO EMBOLO FREIO	UNITÁRIO	4,0000	128,6500	514,60
161	ANEL INTERNO EMBOLO FREIO	UNITÁRIO	4,0000	168,1500	672,60
162	ANEL ORING 6-222 V3247-75B (15,00X3,0)	UNIDADE	4,0000	12,9800	51,92
163	ANEL PINO SUPERIOR CONCHA (PADRONIZADA)	UNIDADE	8,0000	13,7000	109,60
164	ARRUELA AJUSTE 45MM (PADRONIZADA) ARRUELA AJUSTE 45MM	UNIDADE	2,0000	5,5100	11,02
165	ANEL TRAVA PINO EIXO CENTRAL DIANTEIRO	PC	16,0000	11,6100	185,76
166	ANEL TRAVA MEDIO	PC	20,0000	1,7600	35,20
167	ANEL TRAVA 2,5 X45MM (PADRONIZADA)	UNIDADE	20,0000	3,8200	76,40
168	ANEL TRAVA INFERIOR PINO PIVÔ	UNIDADE	4,0000	5,5300	22,12
169	ANEL VEDACAO DO CUBO	PC	4,0000	10,4700	41,88
170	ANEL VEDAÇÃO PISTÃO DA VALVULA	UNIDADE	20,0000	0,1000	2,00
171	ARRUELA DE AJUSTE 51MM	UNIDADE	20,0000	6,3600	127,20
172	ARRUELA AÇO PIVO	UNITÁRIO	8,0000	6,6700	53,36
173	ARRUELA DE AJUSTE GRANDE	PC	20,0000	6,3300	126,60
174	ARRUELA DE AJUSTE MEDIA	UNIDADE	40,0000	1,0700	42,80
175	ARRUELA DE AJUSTE PE DA LANCA (PADRONIZADA)	UNIDADE	8,0000	8,0300	64,24
176	ARRUELA EXTERNA PINO EIXO CENTRAL (PADRONIZADA)	UNIDADE	4,0000	17,6100	70,44
177	ARRUELA INFERIOR DO PIVO	UNIDADE	4,0000	61,4800	245,92
178	ARRUELA VEDAÇÃO VALVULA GIRO	UNIDADE	8,0000	5,9400	47,52

179	ARTICULAÇÃO DA BARRA (PADRONIZADO)	UNIDADE	4,0000	183,7400	734,96
180	BARRA DE DIRECAO	UNIDADE	4,0000	253,2800	1.013,12
181	BOMBA ALIMENTADORA	UNIDADE	2,0000	433,0100	866,02
182	BOMBA HIDRÁULICA PRINCIPAL (PADRONIZADO)	UNIDADE	2,0000	4.609,8200	9.219,64
183	BUCHA ARTICULAÇÃO CONCHA DIANTEIRA	UNIDADE	8,0000	26,0200	208,16
184	BUCHA BARRA E TIRANTE LATERAL CAÇAMBA	UNIDADE	8,0000	75,1300	601,04
185	BUCHA CILINDRO GIRO	UNIDADE	8,0000	60,7400	485,92
186	BUCHA DA PONTA DO BRACO	UNIDADE	4,0000	69,0400	276,16
187	BUCHA SUPERIOR TIRANTE CAÇAMBA FRONTAL	UNIDADE	8,0000	60,3800	483,04
188	BUCHA DE BRONZE ARTICULAÇÃO CONCHA DIANTEIRA	UNIDADE	8,0000	129,7500	1.038,00
189	BUCHA DE BRONZE CILINDRO LEVANTE DIANTEIRA	UNIDADE	8,0000	127,8400	1.022,72
190	BUCHA MUNHAO CILINDRO GIRO	UNIDADE	8,0000	79,5600	636,48
191	BUCHA DO TIRANTE/BRAÇO CAÇAMBA DIANTEIRA	UNIDADE	4,0000	97,9300	391,72
192	BUCHA EXTERNA MUNHAO CILINDRO	UNIDADE	8,0000	80,5500	644,40
193	BUCHA HASTE CILINDRO ARTICULAÇÃO PENETRAÇÃO	UNIDADE	4,0000	87,1000	348,40
194	BUCHA HASTE CILINDRO ESTABILIZADORA /CAÇAMBA DIANTEIRO	UNIDADE	4,0000	52,4900	209,96
195	BUCHA HASTE CILINDRO GIRO	UNIDADE	4,0000	98,2700	393,08
196	BUCHA INFERIOR ARTICULAÇÃO CONCHA (PADRONIZADA)	UNIDADE	4,0000	64,4500	257,80
197	BUCHA INFERIOR DA CONCHA TRASEIRA	UNIDADE	8,0000	88,1500	705,20
198	BUCHA LATERAL ESTABILIZADOR	UNIDADE	4,0000	70,3200	281,28
199	BUCHA LIGAÇÃO BRAÇO/LANÇA	UNIDADE	4,0000	74,5900	298,36
200	BUCHA PE CILINDRO ESTABILIZADOR (PADRONIZADA)	UNIDADE	8,0000	139,4400	1.115,52
201	BUCHA DO PE DA LANÇA (PADRONIZADA)	UNIDADE	4,0000	125,1400	500,56
202	BUCHA PE ESTABILIZADOR	UNIDADE	8,0000	53,4900	427,92
203	BUCHA PÉ ESTABILIZADOR/MESA	UNITÁRIO	8,0000	49,6900	397,52
204	BUCHA PE PONTA DA LANÇA	PC	4,0000	141,2700	565,08
205	BUCHA PINO BALANÇA	UNIDADE	4,0000	96,1400	384,56
206	BUCHA PINO INFERIOR CONCHA	UNIDADE	8,0000	54,7300	437,84
207	BUCHA PONTA BRACO	UNIDADE	4,0000	75,7800	303,12
208	BUCHA PONTA BRAÇO ESCAVAÇÃO	UNIDADE	8,0000	98,5000	788,00
209	BUCHA PONTA BRACO TRASEIRA	UNIDADE	4,0000	63,6400	254,56
210	BUCHA PONTA DO BRACO 580N	UNIDADE	4,0000	98,4300	393,72
211	BUCHA SOB MEDIDA DO GIRO/PIVO	UNIDADE	8,0000	46,2400	369,92
212	BUCHA SUPERIOR/ INFERIOR MESA	UNIDADE	4,0000	137,8000	551,20
213	BUJÃO CARÇAÇA DIFERENCIAL TRASEIRO	UNIDADE	8,0000	181,4100	1.451,28
214	CABO ACELERADOR DE MÃO	UNIDADE	2,0000	284,0700	568,14
215	CABO DE ACELERADOR	UNIDADE	2,0000	233,0700	466,14
216	CABO TRAVA DA LANÇA	UNIDADE	2,0000	222,4100	444,82
217	CABO DE AJUSTE PINO PÉ DA LANÇA	UNIDADE	8,0000	8,8800	71,04
218	CARÇAÇA CAIXA SATELITE TRASEIRA	UNIDADE	2,0000	3.961,0800	7.922,16
219	CONEXÃO VALVULA CILINDRO ESTABILIZADOR	UNIDADE	4,0000	44,4600	177,84
220	CORPO CRUZETA SEMI EIXO	UNIDADE	4,0000	283,4000	1.133,60
221	CORREIA ALTERNADOR	UNIDADE	2,0000	149,9500	299,90

222	COXIM INFERIOR DIANTEIRO CABINE	UNIDADE	2,0000	67,3900	134,78
223	COXIM SUPERIOR TRASEIRO CABINE	UNIDADE	4,0000	88,1400	352,56
224	COXIM INFERIOR TRASEIRO CABINE	UNIDADE	4,0000	67,5700	270,28
225	COXIM SUPERIOR DIANTEIRO CABINE	UNIDADE	4,0000	87,7900	351,16
226	CRUZETA CARDAN	UNIDADE	4,0000	72,9700	291,88
227	CRUZETA DO SEMI-EIXO	UNIDADE	8,0000	58,7200	469,76
228	DENTE CONCHA TRASEIRA	UNIDADE	6,0000	102,4400	614,64
229	DENTE LATERAL L.D CONCHA TRASEIRA	UNIDADE	2,0000	157,7900	315,58
230	DENTE LATERAL L.E CONCHA TRASEIRA	UNIDADE	2,0000	157,7400	315,48
231	DISCO SINTERIZADO DO FREIO	PC	20,0000	313,4600	6.269,20
232	EMBOLO CILINDRO ESTABILIZADOR	UNITÁRIO	2,0000	342,1500	684,30
233	ESPAÇADOR DO PINO DA LANÇA	UNIDADE	4,0000	19,3600	77,44
234	GARFO TUBO CARDAN	UNIDADE	2,0000	224,8600	449,72
235	GAXETA DA HASTE DO COMANDO	UNIDADE	16,0000	6,0100	96,16
236	GAXETA REPARO CILINDRO PROF/ESTABILIZADOR	UNIDADE	4,0000	47,9700	191,88
237	GRAXEIRA 10MM RETA	PC	20,0000	2,2100	44,20
238	GRAXEIRA 3/8 RETA	UNITÁRIO	20,0000	1,2800	25,60
239	GRAXEIRA 5/16" RETA	UNITÁRIO	20,0000	0,9300	18,60
240	GUIA BRAÇO EXTENSIVEL	UNIDADE	8,0000	119,7200	957,76
241	HASTE CILINDRO CONCHA TRASEIRA	UNITÁRIO	2,0000	1.571,9200	3.143,84
242	HASTE CILINDRO ESTABILIZADOR 60MM	UNIDADE	4,0000	1.736,1100	6.944,44
243	HELICE DO MOTOR 20"	UNIDADE	2,0000	710,7000	1.421,40
244	JUNTA ESFÉRICA COMANDO	UNITÁRIO	2,0000	41,3600	82,72
245	KIT PASTILHA FREIO ESTACIONARIO	UNIDADE	2,0000	113,5200	227,04
246	LUVA DO CARDAN DIANTEIRO	UNIDADE	2,0000	359,1600	718,32
247	MANGUEIRA INFERIOR RADIADOR	UNIDADE	2,0000	68,9100	137,82
248	MOLA BANCO	UNITÁRIO	2,0000	133,6200	267,24
249	PARA BRISA	UNIDADE	2,0000	2.878,5400	5.757,08
250	PARAFUSO DE LAMINA	UNIDADE	20,0000	7,7200	154,40
251	PARAFUSO DIFERENCIAL TRASEIRO	UNIDADE	24,0000	18,1900	436,56
252	PARAFUSO DO FLANGE DO CARDAN	PC	8,0000	6,9900	55,92
253	PARAFUSO TRAVA DO PINO GIRO	UNIDADE	2,0000	13,5100	27,02
254	PARAFUSO TRAVAPINO PÉ LANÇA	UNIDADE	4,0000	7,3400	29,36
255	PARAFUSO TRAVA PINO SUPERIOR DO PIVO	UNIDADE	4,0000	6,0800	24,32
256	PATIM DO BRAÇO EXTENSIVEL	UNIDADE	8,0000	98,0300	784,24
257	PINO ARTICULAÇÃO HASTE CILINDRO	UNIDADE	2,0000	167,3300	334,66
258	PINO BASE TIRANTE CONCHA TRASEIRA	UNIDADE	2,0000	164,6600	329,32
259	PINO BRAÇO CONCHA DIANTEIRA	UNIDADE	8,0000	241,8700	1.934,96
260	PINO CAÇAMBA DIANTEIRA	UNIDADE	8,0000	129,4300	1.035,44
261	PINO DA BALANÇA	UNIDADE	2,0000	384,4200	768,84
262	PINO BASE TIRANTE CONCHA TRASEIRA	UNIDADE	2,0000	164,6600	329,32
263	PINO DA SAPATA	UNIDADE	4,0000	165,9700	663,88
264	PINO ESTABILIZADOR CHASSI	UNIDADE	4,0000	229,6100	918,44
265	PINO HASTE CILINDRO CONCHA	UNIDADE	4,0000	142,9000	571,60
266	PINO HASTE CILINDRO CONCHA TRASEIRA (PADRONIZADA)	UNIDADE	2,0000	144,2700	288,54
267	PINO HASTE CILINDRO ESTABILIZADOR	UNIDADE	4,0000	121,2300	484,92

268	PINO HASTE CILINDRO GIRO	UNIDADE	4,0000	160,8200	643,28
269	PINO HASTE CILINDRO LEVANTE DIANTEIRO	UNIDADE	4,0000	133,0600	532,24
270	PINO HASTE CILINDRO BASCULAMENTO DIANTEIRO	UNIDADE	8,0000	201,4200	1.611,36
271	PINO INFERIOR DA CONCHA TRASEIRA (PADRONIZADA)	UNIDADE	4,0000	222,6000	890,40
272	PINO INFERIOR DO PIVO	UNIDADE	2,0000	223,7400	447,48
273	PINO OLHAL HASTE CILINDRO ESTABILIZADOR	UNIDADE	4,0000	102,5300	410,12
274	PINO PE ARTICULADOR CONCHA TRASEIRA	UNIDADE	2,0000	161,1500	322,30
275	PINO DO PÉ DO BRAÇO ESTABILIZADOR	UNIDADE	4,0000	216,4900	865,96
276	PINO DO PÉ DO BRAÇO ESTABILIZADOR 50X298	UNIDADE	4,0000	237,2700	949,08
277	PINO PÉ CILINDRO LEVANTE 50X256	UNIDADE	2,0000	254,1500	508,30
278	PINO DO PE DA LANCA	PC	2,0000	379,6700	759,34
279	PINO PE ESTABILIZADOR	UNIDADE	4,0000	244,8400	979,36
280	PINO SUPERIOR DO PIVO	PC	2,0000	620,2000	1.240,40
281	PLACA DO GUIA BRAÇO EXTENSIVEL	UNIDADE	8,0000	49,3100	394,48
282	POLIA TENSORA	UNIDADE	2,0000	771,0700	1.542,14
283	PONTEIRA DO CARDAN DIANTEIRO	UNIDADE	2,0000	202,9700	405,94
284	PORCA AUTO TRAVANTE 12MM	UNIDADE	10,0000	2,2800	22,80
285	PORCA PARAFUSO DE LAMINA	UNIDADE	20,0000	1,9000	38,00
286	RASPADOR DA HASTE COMANDO	UNIDADE	16,0000	6,1200	97,92
287	REPARO CILINDRO CONCHA TRASEIRA	UNIDADE	2,0000	314,2600	628,52
288	REPARO CILINDRO ESTABILIZADOR DA CONCHA TRASEIRA	UNIDADE	2,0000	167,5000	335,00
289	REPARO CILINDRO ESTABILIZADOR/PROF.	UNIDADE	2,0000	192,3800	384,76
290	REPARO CILINDRO GIRO	UNIDADE	4,0000	451,2800	1.805,12
291	REPARO CILINDRO DA LANCA TRASEIRA	UNIDADE	2,0000	480,4600	960,92
292	REPARO CILINDRO LEVANTE	UNIDADE	2,0000	234,6800	469,36
293	REPARO CILINDRO PROFUNDIDADE	PC	2,0000	450,5500	901,10
294	RETENTOR EMBUCHAMENTO	UNITÁRIO	8,0000	10,4000	83,20
295	RETENTOR CUBO DE RODA	UNIDADE	4,0000	130,6100	522,44
296	RETENTOR DIANTEIRO VIRABREQUIM	UNIDADE	2,0000	318,8000	637,60
297	RETENTOR PINHAO DIFERENCIAL	PC	4,0000	80,0600	320,24
298	ROLAMENTO LATERAL CAIXA SATÉLITE	UNITÁRIO	4,0000	177,3400	709,36
299	ROLAMENTO COROA PINHAO (PADRONIZADO)	UNIDADE	4,0000	143,9100	575,64
300	ROLAMENTO DE RODA	PC	4,0000	116,1400	464,56
301	ROLAMENTO DO SEMI-EIXO	UNIDADE	4,0000	186,7100	746,84
302	ROLAMENTO PONTA PINHAO	UNIDADE	2,0000	159,2000	318,40
303	ROLAMENTO DO SEMI-EIXO	UNIDADE	12,0000	78,6200	943,44
304	TAMPA DO OLEO DIESEL	PC	2,0000	286,5100	573,02
305	TUBO BOMBA HIDRAULICA	UNIDADE	2,0000	446,9200	893,84
306	VALVULA DE AMORTECIMENTO	UNIDADE	2,0000	210,6600	421,32
307	VALVULA DE PRESSÃO	UNIDADE	2,0000	1.351,5100	2.703,02
308	VEDADOR BUCHA HASTE	UNIDADE	8,0000	20,9400	167,52
309	VEDADOR PINO PE DA LANÇA	UNIDADE	4,0000	25,0500	100,20
310	VEDADOR DO PINO SUP INFERIOR DO PIVO	UNIDADE	8,0000	32,8000	262,40
311	VIDRO INFERIOR DIREITO	UNIDADE	2,0000	380,0700	760,14
312	SERVICOS MECANICOS E MAO DE OBRA	SERVIÇO	675,0000	133,3300	89.997,75

VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE (R\$)					201.039,97
Cód. Lote: 3 - Lote: PMA-55					
Item	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
313	ABRACADEIRA DO TUBO (PADRONIZADA)	UNIDADE	2,0000	27,0600	54,12
314	ABRACADEIRA TURBINA	UNIDADE	2,0000	91,3000	182,60
315	AMORTECEDOR BANCO	UNITÁRIO	2,0000	807,4600	1.614,92
316	AMORTECEDOR ASSENTO OPERADOR	UNIDADE	4,0000	285,4100	1.141,64
317	ANEL PINO CARÇAÇA MANGA DE EIXO (PADRONIZADO)	UNIDADE	8,0000	22,5900	180,72
318	ANEL SEPARADOR CARÇAÇA	UNITÁRIO	12,0000	24,0700	288,84
319	ANEL VEDAÇÃO TAMPA CILINDRO CAÇAMBA DIANT. (PADRONIZADO)	UNIDADE	4,0000	1,1000	4,40
320	ARRUELA AJUSTE PINO SUPERIOR TIRANTE CONCHA	UNIDADE	12,0000	23,5000	282,00
321	ARRUELA AJUSTE PINO SUPERIOR CONCHA	UNIDADE	8,0000	19,4000	155,20
322	ARRUELA DE AJUSTE	PC	8,0000	6,7600	54,08
323	ARRUELA DE AJUSTE GRANDE	PC	40,0000	6,3700	254,80
324	ARRUELA DE APOIO ENGRENAGEM (PADRONIZADA)	UNIDADE	12,0000	9,1900	110,28
325	ARRUELA PINO MOCAO (PADRONIZADA)	UNIDADE	6,0000	2,5700	15,42
326	BARRA DESLIZANTE LAMINA 20 FUIROS	UNIDADE	2,0000	1.181,4200	2.362,84
327	BARRA DIREITA LAMINA 10 FUIROS	UNIDADE	2,0000	701,5900	1.403,18
328	BARRA ESQUERDA LAMINA 10 FUIROS	UNIDADE	2,0000	720,1400	1.440,28
329	BATENTE DA PORTA	PC	2,0000	81,0500	162,10
330	BOMBA D AGUA	UNIDADE	2,0000	243,2300	486,46
331	BUCHA HASTE CILINDRO GIRO	UNIDADE	4,0000	102,5600	410,24
332	BUCHA CELA (PADRONIZADO)	UNIDADE	4,0000	160,9100	643,64
333	BUCHA CÔNICA PINO PESCOÇO	PC	4,0000	399,3300	1.597,32
334	BUCHA DE BRONZE PINHÃO GIRA CIRCULO	UNIDADE	2,0000	186,4600	372,92
335	BUCHA DO EIXO DA BALANÇA (PADRONIZADO)	UNIDADE	6,0000	278,1000	1.668,60
336	BUCHA DO PINO SUPORTE LAMINA	PC	4,0000	70,5600	282,24
337	BUCHA MUNHÃO CILINDRO LEVANTE (PADRONIZADO)	UNIDADE	8,0000	43,3400	346,72
338	CALÇO DE AJUSTE DO DESLIZAMENTO LÂMINA (PADRONIZADO)	UNIDADE	12,0000	63,9700	767,64
339	CALÇO SAPATA GIRO LAMINA	UNIDADE	80,0000	11,3100	904,80
340	CANTO DE LAMINA	UNIDADE	4,0000	638,6600	2.554,64
341	CHAPA DOBRADA	UNIDADE	8,0000	20,9400	167,52
342	CHAPA GROSSA	UNIDADE	12,0000	46,4600	557,52
343	CHAPA MÉDIA	UNIDADE	12,0000	49,2800	591,36
344	CHICOTE ELETRICO	PC	2,0000	3.717,1400	7.434,28
345	CONTRA-PINO DO BRAÇO DIREÇÃO	UNIDADE	8,0000	0,7200	5,76
346	CORREIA DO AR CONDICIONADO (PADRONIZADA)	UNIDADE	2,0000	72,9500	145,90
347	CORREIA DO MOTOR	PC	2,0000	235,8500	471,70
348	CURVA DO SILENCIOSO	UNIDADE	2,0000	590,2500	1.180,50
349	EIXO CENTRAL DA BALANÇA (PADRONIZADO)	UNIDADE	2,0000	714,4100	1.428,82
350	EIXO MOTOR GIRO LAMINA	UNIDADE	2,0000	2.016,7300	4.033,46
351	ESPAÇADOR PINO PESCOÇO	UNIDADE	2,0000	263,4300	526,86

352	GARFO CILINDRO LEVANTE (PADRONIZADA)	UNIDADE	2,0000	1.720,9700	3.441,94
353	GRAXEIRA 3/8 RETA	UNITÁRIO	20,0000	1,3800	27,60
354	MANGUEIRA TURBINA	UNIDADE	2,0000	165,4200	330,84
355	MANGUEIRA RETORNO OLEO HIDRAULICO	UNIDADE	2,0000	65,0400	130,08
356	MOLA REGULAGEM ASSENTO OPERADOR	UNIDADE	4,0000	30,4900	121,96
357	PARABRISA INFERIOR	UNIDADE	2,0000	913,7600	1.827,52
358	PARABRISA SUPERIOR	UNIDADE	2,0000	1.108,1600	2.216,32
359	PARAFUSO PLACA DESGASTE GIRA CIRCULO	UNIDADE	80,0000	6,6900	535,20
360	PARAFUSO SUPORTE CORREDIÇA LAMINA	UNIDADE	8,0000	16,2100	129,68
361	PARAFUSO TRAVA PINO LANÇA	UNIDADE	4,0000	4,8900	19,56
362	PARAFUSO UNHA DENTE CONCHA	UNIDADE	10,0000	4,4500	44,50
363	PASTILHA FREIO DA TRANSMISSÃO	UNIDADE	4,0000	61,0830	244,33
364	PINO CARÇAÇA MANGA DE EIXO (PADRONIZADO)	UNIDADE	4,0000	194,4900	777,96
365	PINO COM CHAPA	UNIDADE	4,0000	74,7900	299,16
366	PINO ESF. TEMPERADO (PADRONIZADA)	UNIDADE	6,0000	197,4600	1.184,76
367	PINO MUNHÃO CILINDRO LEVANTE (PADRONIZADO)	UNIDADE	8,0000	62,0500	496,40
368	PINO PARAFUSO SUPORTE LÂMINA (PADRONIZADO)	UNIDADE	4,0000	256,6100	1.026,44
369	PLACA BASE SAPATA GIRO LAMINA (PADRONIZADA)	UNIDADE	8,0000	144,9100	1.159,28
370	PLACA DA SAPATA GIRO LAMINA	UNIDADE	16,0000	21,9500	351,20
371	PLACA ENCOSTO SAPATA GIRO LAMINA (PADRONIZADA)	UNIDADE	8,0000	61,3200	490,56
372	PLACA LATERAL SAPATA GIRO LAMINA (PADRONIZADA)	UNIDADE	8,0000	57,8100	462,48
373	PORCA AUTO TRAVANTE 12MM	UNIDADE	10,0000	2,2900	22,90
374	PORCA DO PARAFUSO DE LÂMINA	UNIDADE	100,0000	1,2500	125,00
375	PORCA MANGA EIXO	UNITÁRIO	6,0000	100,9100	605,46
376	PORCA PARAFUSO DE LAMINA	UNIDADE	20,0000	1,8800	37,60
377	PORCA PINO MOÇÃO (PADRONIZADA)	UNIDADE	6,0000	7,6700	46,02
378	PORCA PORLOC 1/2	UNIDADE	10,0000	0,5000	5,00
379	PRE FILTRO DA TURBINA	UNIDADE	2,0000	2.634,5100	5.269,02
380	RASPADOR GARFO LEVANTE (PADRONIZADO)	UNIDADE	4,0000	62,9300	251,72
381	REDUTOR DO RESPIRO CAIXA GIRO	UNIDADE	2,0000	14,2800	28,56
382	REPARO CILINDRO DESLOCAMENTO LATERAL LAMINA	UNIDADE	2,0000	164,7300	329,46
383	REPARO CILINDRO ARTICULAÇÃO	UNITÁRIO	2,0000	164,5000	329,00
384	REPARO CILINDRO DIRECAO	UNIDADE	2,0000	116,0700	232,14
385	REPARO PINÇA FREIO ESTACIONARIO	UNIDADE	2,0000	252,3500	504,70
386	RESERVATÓRIO ÁGUA RADIADOR	UNIDADE	2,0000	350,6300	701,26
387	RESPIRO CAIXA GIRO	UNIDADE	2,0000	28,9000	57,80
388	RETENTOR CUBO DE RODA DIANTEIRA (PADRONIZADO)	UNIDADE	4,0000	82,3300	329,32
389	RETENTOR CUBO TRASEIRO	UNIDADE	4,0000	112,7400	450,96
390	RETENTOR PINHÃO GIRO	UNIDADE	2,0000	33,0400	66,08
391	ROLAMENTO CUBO DE RODA	UN	4,0000	237,7300	950,92
392	ROLAMENTO INTERNO CUBO RODA	UNIDADE	2,0000	229,8100	459,62
393	ROTULA CILINDRO INCLINAÇÃO RODA DIANTEIRA	UNIDADE	4,0000	85,5700	342,28
394	RÓTULA MANGA EIXO (PADRONIZADO)	UNIDADE	8,0000	132,6700	1.061,36

395	RÓTULA OSCILANTE	UNITÁRIO	4,0000	146,8000	587,20
396	SAPATA DO GIRA CIRCULO	UNIDADE	8,0000	855,6600	6.845,28
397	SILENCIOSO DO MOTOR (PADRONIZADA)	UNIDADE	2,0000	1.040,5900	2.081,18
398	SUPORTE BASE DESLIZANTE LAMINA (PADRONIZADA)	UNIDADE	4,0000	144,9600	579,84
399	PMA-55 TERMINAL DA BARRA DIRECAO L.D (COD.75221276) PMA 55- TERMINAL DA BARRA L.D DIRECAO (COD. NACIONAL 75221276) PARA SER UTILIZADA NA MOTONIVELADORA MHZ8688 NEW HOLLAND ANO 2010, SÓ SERÃO ADMITIDAS PEÇAS ORIGINAIS, COMPATÍVEIS OU PARALELAS DESDE QUE SEJAM NOVAS	UNIDADE	2,0000	200,0700	400,14
400	PMA-55 TERMINAL DA BARRA DIRECAO L.E (COD.75221277) PMA 55- TERMINAL DA BARRA DIRECAO L.E (COD. NACIONAL 75221277) PARA SER UTILIZADA NA MOTONIVELADORA MHZ8688 NEW HOLLAND ANO 2010, SÓ SERÃO ADMITIDAS PEÇAS ORIGINAIS, COMPATÍVEIS OU PARALELAS DESDE QUE SEJAM NOVAS	UNIDADE	2,0000	204,7600	409,52
401	TERMINAL CILINDRO DIREÇÃO	UNIDADE	2,0000	239,1600	478,32
402	TURBO INJETOR DIESEL	UNIDADE	2,0000	667,6300	1.335,26
403	SERVICOS MECANICOS E MAO DE OBRA	SERVIÇO	675,0000	133,3300	89.997,75
VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE					166.524,76

Cód. Lote: 4 - Lote: PMA-96

Item	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
404	JUNTA DO TURBO COMPRESSOR	UNIDADE	1,0000	13,8500	13,85
405	VALVULA DO BLOCO COMANDO	UNIDADE	2,0000	1.775,7300	3.551,46
406	ABRAÇADEIRA DO SILENCIOSO	UNIDADE	2,0000	27,2400	54,48
407	ABRAÇADEIRA TURBINA	UNIDADE	2,0000	236,5700	473,14
408	AMORTECEDOR ASSENTO OPERADOR	UNIDADE	4,0000	318,7400	1.274,96
409	AMORTECEDOR BASE DO CAPO	UNIDADE	2,0000	215,4700	430,94
410	AMORTECEDOR EXTREMIDADE DO CAPO	UNIDADE	4,0000	324,8000	1.299,20
411	ANEL PINO CARÇAÇA MANGA DE EIXO (PADRONIZADO)	UNIDADE	8,0000	22,8800	183,04
412	ANEL SEPARADOR CARÇAÇA	UNITÁRIO	12,0000	6,9000	82,80
413	ANEL VEDAÇÃO TAMPA CILINDRO CAÇAMBA DIANT. (PADRONIZADO)	UNIDADE	4,0000	1,1000	4,40
414	ARO DA RODA TRASEIRA	PC	2,0000	2.741,2200	5.482,44
415	ARRUELA AJUSTE PINO SUPERIOR TIRANTE CONCHA	UNIDADE	12,0000	23,3500	280,20
416	ARRUELA AJUSTE PINO SUPERIOR CONCHA	UNIDADE	8,0000	19,5200	156,16
417	ARRUELA DE AJUSTE GRANDE	PC	20,0000	6,3500	127,00
418	ARRUELA PINO MOCAO (PADRONIZADA)	UNIDADE	6,0000	2,5700	15,42
419	BARRA DIREITA LAMINA 10 FUROS	UNIDADE	2,0000	706,2800	1.412,56
420	BOMBA D AGUA	UNIDADE	2,0000	247,0700	494,14
421	BORRACHA PARABRISA 5,00 MT	UNIDADE	2,0000	216,9900	433,98
422	BUCHA CELA (PADRONIZADO)	UNIDADE	4,0000	168,0800	672,32
423	BUCHA CÔNICA PINO PESCOÇO	PC	4,0000	394,1900	1.576,76
424	BUCHA DE BRONZE PINHÃO GIRA CIRCULO	UNIDADE	2,0000	185,8600	371,72
425	BUCHA DO EIXO DA BALANÇA (PADRONIZADO)	UNIDADE	6,0000	278,9900	1.673,94

426	BUCHA MUNHÃO CILINDRO LEVANTE (PADRONIZADO)	UNIDADE	8,0000	38,2200	305,76
427	BUCHA PE CILINDRO LEVANTE	PC	8,0000	57,9200	463,36
428	BUCHA PINO PE CILINDRO LEVANTE	UNIDADE	8,0000	49,0900	392,72
429	CHAPA DOBRADA	UNIDADE	4,0000	20,8700	83,48
430	CHAPA GROSSA	UNIDADE	6,0000	46,1500	276,90
431	CHAPA MÉDIA	UNIDADE	6,0000	46,6400	279,84
432	CHICOTE ELETRICO	PC	2,0000	3.717,1400	7.434,28
433	CORREIA DO MOTOR	PC	2,0000	232,0300	464,06
434	CURVA DO SILENCIOSO	UNIDADE	2,0000	544,1900	1.088,38
435	GARFO CILINDRO LEVANTE (PADRONIZADA)	UNIDADE	2,0000	1.720,9700	3.441,94
436	GAXETA PINO BASE LAMINA	UNIDADE	8,0000	18,4500	147,60
437	GRAXEIRA RETA 3/8	PC	20,0000	1,2800	25,60
438	JUNTA DO COLETOR DE ESCAPE	PEÇA	2,0000	16,5600	33,12
439	MANGUEIRA TURBINA	UNIDADE	2,0000	167,0500	334,10
440	MANGUEIRA RETORNO OLEO HIDRAULICO	UNIDADE	2,0000	65,0400	130,08
441	MOLA REGULAGEM ASSENTO OPERADOR	UNIDADE	4,0000	30,9000	123,60
442	TUBO DE ACO HIDRAULICO	CONJUNTO	2,0000	3.486,7500	6.973,50
443	VALVULA DE ALIVIO	CONJUNTO	2,0000	3.682,8700	7.365,74
444	MARCADOR DE NIVEL DE OLEO HIDRAULICO	UNIDADE	2,0000	226,0200	452,04
445	PARABRISA INFERIOR	UNIDADE	2,0000	907,8500	1.815,70
446	PARAFUSO PLACA DESGASTE GIRA CIRCULO	UNIDADE	80,0000	6,1600	492,80
447	PARAFUSO TRAVA PINO LANÇA	UNIDADE	4,0000	6,0900	24,36
448	PARAFUSO UNHA DENTE CONCHA	UNIDADE	10,0000	4,4400	44,40
449	PASTILHA FREIO DA TRANSMISSÃO	UNIDADE	4,0000	60,2900	241,16
450	PINO CARÇAÇA MANGA DE EIXO (PADRONIZADO)	UNIDADE	4,0000	184,5200	738,08
451	PINO COM CHAPA	UNIDADE	4,0000	74,5500	298,20
452	PINO MUNHÃO CILINDRO LEVANTE (PADRONIZADO)	UNIDADE	8,0000	59,0400	472,32
453	PORCA AUTO TRAVANTE 12MM	UNIDADE	10,0000	2,3000	23,00
454	PORCA MANGA EIXO	UNITÁRIO	6,0000	99,6100	597,66
455	PORCA PARAFUSO DE LAMINA	UNIDADE	20,0000	1,8800	37,60
456	PORCA PINO MOÇÃO (PADRONIZADA)	UNIDADE	6,0000	7,6500	45,90
457	RASPADOR GARFO LEVANTE (PADRONIZADO)	UNIDADE	4,0000	62,3200	249,28
458	REDUTOR DO RESPIRO CAIXA GIRO	UNIDADE	2,0000	14,1400	28,28
459	REPARO CILINDRO ARTICULAÇÃO	UNITÁRIO	2,0000	164,5000	329,00
460	REPARO CILINDRO DIRECAO	UNIDADE	2,0000	115,6900	231,38
461	REPARO PINÇA FREIO ESTACIONARIO	UNIDADE	2,0000	253,1700	506,34
462	RESERVATÓRIO ÁGUA RADIADOR	UNIDADE	2,0000	306,6000	613,20
463	RESPIRO CAIXA GIRO	UNIDADE	2,0000	28,7100	57,42
464	RETENTOR CUBO TRASEIRO	UNIDADE	4,0000	113,8500	455,40
465	RETENTOR EXTERNO SEMI-EIXO	UNIDADE	4,0000	44,1400	176,56
466	RETENTOR INTERNO SEMI-EIXO	UNIDADE	4,0000	25,8400	103,36
467	RETENTOR PINHÃO GIRO	UNIDADE	2,0000	33,2600	66,52
468	RÓTULA MANGA EIXO (PADRONIZADO)	UNIDADE	8,0000	118,6400	949,12
469	SELO BLOCO MOTOR 25,35 MM	UNIDADE	2,0000	2,5600	5,12
470	SELO BLOCO MOTOR 22.50MM	UNIDADE	12,0000	41,7000	500,40
471	SENSOR OLEO TRANSMISSOR	UNIDADE	2,0000	1.351,9500	2.703,90

472	SILENCIOSO DO MOTOR (PADRONIZADA)	UNIDADE	2,0000	1.065,0300	2.130,06
473	SUPORE BASE DESLIZANTE LAMINA (PADRONIZADA)	UNIDADE	4,0000	146,8500	587,40
474	TERMINAL CILINDRO DIREÇÃO	UNIDADE	2,0000	238,3700	476,74
475	TERMOSTATO DO MOTOR	UNIDADE	2,0000	102,7400	205,48
476	UNHA DO DENTE CONCHA	PC	10,0000	43,5200	435,20
477	PINO ESF. TEMPERADO (PADRONIZADA)	UNIDADE	6,0000	137,2300	823,38
478	EIXO CENTRAL DA BALANÇA (PADRONIZADO)	UNIDADE	2,0000	724,3600	1.448,72
479	FECHADURA DO CAPO	PC	2,0000	857,0800	1.714,16
480	SERVICOS MECANICOS E MAO DE OBRA	SERVIÇO	675,0000	133,3300	89.997,75
VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE					159.506,36

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO: A CONTRATADA deverá fornecer as ferramentas, equipamentos, o local para manutenção, peças de reposição (devidamente aprovadas pelo chefe da equipe mecânica da secretaria de obras) os mecânicos devidamente habilitados, e com os equipamentos de proteção necessários.

A CONTRATADA tomará as medidas de segurança cabíveis aos serviços que executarão, não responsabilizando a Prefeitura Municipal de Araranguá. Os requisitos para a contratação da empresa especializada devem comprovar capacidade técnica e operacional.

O presente serviço não é considerado um serviço continuado, uma vez que será realizado sob demanda e de acordo com a necessidade da administração. Durante o período da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar notas do serviço realizado e recolher assinatura do fiscal ou do requerente responsável sendo ele da Secretaria de Obras, e ao final de cada mês será realizada a conferencia conforme as notas entregues estando elas devidamente assinadas. Não serão aceitas notas que foram esquecidas ou que não estejam assinadas, ficando a responsabilidade da empresa em arcar com os custos do serviço.

Toda peça substituída deverá ser entregue a antiga (inutilizada), ao chefe de oficina.

A(s) máquina (s) para manutenção deve (m) ser retirada (s) no parque de máquinas da Prefeitura Municipal de Araranguá – Rua Pedro Paulo da Conceição, 3344 – Jardim das Avenidas – Araranguá- SC. Nos casos onde a máquina apresentar problemas em rota, esta deve ser retirada no local pela contratada, considera-se os limites territoriais do município de Araranguá/SC. Todas as despesas com deslocamento serão por conta da contratada.

Após realizado a manutenção, a(s) máquina (s) deverão ser entregues no parque de máquinas, conforme endereço anterior das 07:00 às 18:00 horas de segunda a sexta feira, exceto feriados.

As peças deverão ter garantia mínima de **90 (noventa)** dias.

Os serviços deverão ter garantia mínima de **90 (noventa)** dias.

As peças deverão ser fornecidas no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, ainda a execução dos serviços deverá iniciar em até 72 (setenta e duas) horas após o recebimento da Ordem de Compra.

FISCALIZAÇÃO

Os serviços e fornecimento de peças serão fiscalizados pelo chefe de Oficina Valdir Pirola, a gestão ficará sob responsabilidade do Secretário de Obras Sr. Odilon Coral Pietsch.

Odilon Coral Pietsch

Secretário de Desenvolvimento Urbano, Obras e Serviços



ANEXO I.1 – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

Anexo em separado



ANEXO II – MINUTA ATA DE SRP

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XXXXXX/202x

Pregão Presencial Nº XXX/202x

Aos XXX e XXXXXXXX dias do XXXXXXXXXXXX de XXXXXXXXXXXX do ano de dois mil e vinte e XXXXXXXXXXXXXXXX o xxxxxxxxxxxxxx por meio da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA DOUTOR VIRGULINO DE QUEIROZ, 200, Centro, CENTRO, cidade de Araranguá, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. XXXXXXXXXXXXXXXX, abaixo assinado, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Regulamento Específico, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XX/202x, RESOLVE registrar os valores oferecidos para XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX., pelo período de XX/XX/202X a XX/XX/202X, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participante (S)	CPF/CNPJ

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, em um prazo que se estende XX/XX/202x a partir da assinatura do presente, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total

1.1. **CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Por extenso).

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de terá prazo de vigência preços será 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, restaurando –se para o período de prorrogação, o quantitativo original, independentemente do que se tenha contratado pelo município no primeiro ano de vigência

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo xxxxxxxxxxxx, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Eletrônico Nº. XXX/20x**.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico Nº. XXX/202x** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4. Em até 30 dias após o aceite definitivo da Nota Fiscal.

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
ação	ção	idade	io	mento	culo

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar do serviço assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente das quantidade solicitada.**

5.1. Local de entrega: Conforme especificado em edital.

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades na Lei nº 14.133/2021

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Reajuste

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais e **orçamentos de mercado, ainda valor praticado no exercício anterior.**

7.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados após requerimento da contratada, mediante a aplicação, pelo contratante, do(s) índice(s) **IPCA, ou índice que melhor couber na data aniversário, conforme acordo entre as partes** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, e deve observar a seguinte fórmula:

$$R = P_0 [(IPCA_1 / IPCA_0) - 1]$$

Onde:

R = Valor do reajuste

P₀ = Preço base proposto

IPCA= Índice Nacional de Preços ao Consumidor-amplio, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

IPCA₁ = Índice referente ao mês de aniversário da data de apresentação da proposta.

IPCA₀ = Índice referente ao mês da apresentação da proposta.

7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

Repactuação

7.10. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

7.11. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação.

7.11.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

7.12. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (§ 4º do artigo 135da Lei Federal n. 14.133/2021).

7.13. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (§ 5º do artigo 135 da Lei Federal n. 14.133/2021)

7.14. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.15. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (§§ 1º e 2º do artigo 135 da Lei Federal n. 14.133/2021)

7.16. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.16.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

Revisão

7.17. A revisão deve ser precedida de solicitação da Contratada, acompanhada de comprovação:

7.17.1. dos fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis;

7.17.2. da alteração de preços ou custos, por meio de notas fiscais, faturas, tabela de preços, orçamentos, notícias divulgadas pela imprensa e por publicações especializadas e outros documentos pertinentes, preferencialmente com referência à época da elaboração da proposta e do pedido de revisão; e

7.17.3. de demonstração analítica, por meio de planilha de custos e formação de preços, sobre os impactos da alteração de preços ou custos no total do Contrato.

7.17.4. A Matriz de Riscos define o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e é vinculante para pedidos de revisão.

7.17.5. A revisão que não for solicitada durante a vigência do Contrato considera-se preclusa com a prorrogação ou renovação contratual ou com o encerramento do Contrato.

7.17.6. Caso, a qualquer tempo, a Contratada seja favorecida com benefícios fiscais isenções e/ou reduções de natureza tributárias em virtude do cumprimento do Contrato, as vantagens auferidas serão transferidas à Contratante, reduzindo-se o preço.

7.17.7. Caso, por motivos não imputáveis à Contratada, sejam majorados os gravames e demais tributos ou se novos tributos forem exigidos da Contratada, cuja vigência ocorra após a data da apresentação da Proposta, a Contratante irá absorverá os ônus adicionais, reembolsando a Contratada dos valores efetivamente pagos e comprovados, desde que não sejam de responsabilidade legal direta e exclusiva da Contratada.

7.18. Os pedidos de revisão serão decididos em decisão fundamentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da formalização do requerimento.

7.18.1. A Contratante poderá realizar diligências junto à Contratada para que esta complemente ou esclareça alguma informação indispensável à apreciação dos pedidos. Nesta hipótese, o prazo estabelecido neste subitem ficará suspenso enquanto pendente a resposta pela Contratada.

7.19. Nas hipóteses desta cláusula, o próprio instrumento contratual deve ser firmado com os valores reajustados, repactuados ou revistos, devendo ser antecedido de parecer jurídico e de autorização do gestor do contrato, cumpridos os demais requisitos prescritos neste contrato e no artigo 68 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município, tudo juntado aos autos do processo do contrato.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. A execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) xxxxxxxxxxxx, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido nos prazos conforme estabelecido em edital.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada durante execução do objeto.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Garantia mínima de conforme termo de referência.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial N°. xxxx/202x, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.1. Fica eleito o foro de Araranguá (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 14.133/2021, e demais normas aplicáveis.

Araranguá (SC), xx de xxxxxxxxxxxx de 202x.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei Federal n. 14.133/2021

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ, POR INTERMÉDIO DO (A) E

A Prefeitura Municipal de Araranguá, por intermédio da Secretaria de Administração, com sede na Rua Dr. Virgulino de Queiróz, 200, Centro, Araranguá – SC, CEP: 88900-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 20..., publicada no Diário Oficial de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), **conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos**, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei Federal n. 14.133/2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. .../...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND. MED.	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1					
2					

N					
---	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos e adendos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o MENOR PREÇO POR ITEM.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação se dará a partir da assinatura deste termo até , prorrogável sucessivamente, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. **O valor da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. **O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.**

3.4. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

4. CLÁUSULA QUINTA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão, fiscalização e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao edital.

5. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes será de no máximo 30 (trinta) dias corridos após o aceite definitivo do serviço, mediante apresentação de Nota Fiscal e relatório de execução.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – SUBCONTRATAÇÃO

6.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta) por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

6.1.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

6.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÕES INCIDENTES SOBRE O OBJETO DO CONTRATO

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal n. 14.133/2021.

7.2. A alteração incidente sobre o objeto do contrato presta-se a adaptá-lo à nova configuração do interesse público ou corrigi-lo para que melhor se adeque ou tenha condições de atender ao interesse público, sem que o objeto possa ser transfigurado.

7.3. A alteração incidente sobre o objeto do contrato pode ser:

- a) Quantitativa: quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato;
- b) Qualitativa: quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do contrato;
- c) Unilateral: quando imposta pelo MUNICÍPIO, sem a anuência do contratado;

d) Consensual: quando há a anuência do contratado.

7.4. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, devendo observar o seguinte:

- a) a aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação;
- b) deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do contrato e o valor orçado pela Contratante, salvo se o agente de fiscalização apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do contrato;
- c) em contratos cujos valores são estimados, os limites devem ser calculados sobre os valores estimados;
- d) os limites devem ser calculados pelo preço unitário dos itens se o julgamento da licitação ocorreu pelo preço unitário e devem ser calculados pelo preço global do contrato se o julgamento ocorreu pelo preço global;
- e) em contratos sujeitos à renovação, aditivos quantitativos não devem ser realizados sobre aditivos de períodos anteriores, devendo a base de cálculo ser o valor inicial atualizado do contrato, assim entendido como o valor principal acrescido de eventuais aumentos decorrentes da aplicação dos instrumentos cabíveis para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (revisão, reajuste ou repactuação), em cada período de vigência. A soma dos percentuais dos aditivos não deve ultrapassar os limites definidos no item 8.4.

7.5. A alteração da planilha para substituir ou readequar itens não é suficiente para caracterizar a alteração como quantitativa.

7.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal n. 14.133/2021.

8. CLÁUSULA NONA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

8.1. O equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deve ocorrer por meio de:

- a) reajuste: instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato diante de variação de preços e custos que sejam normais e previsíveis, relacionadas com o fluxo normal da economia e com o processo inflacionário, devido ao completar 1 (um) ano a contar da data da proposta;
- b) repactuação: espécie de reajuste destinado aos contratos de terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, em que os custos de mão de obra são calculados ao completar 1 (um) ano a contar da data do orçamento a que se refere a proposta, ou seja, da data base da categoria ou de quando produzirem efeitos acordo, convenção ou dissídio coletivo;
- c) revisão: instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato diante de variação de preços e custos decorrentes de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis, e desde que se configure álea econômica extraordinária e extracontratual, sem a necessidade de periodicidade mínima, tudo em acordo à distribuição de riscos prevista na Matriz de Risco.

Reajuste

8.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.3. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais e **orçamentos de mercado, ainda valor praticado no exercício anterior.**

8.4. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados após requerimento da contratada, mediante a aplicação, pelo contratante, do(s) índice(s) **IPCA, ou índice de menor** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, e deve observar a seguinte fórmula:

$$R = P_0 [(IPCA_1 / IPCA_0) - 1]$$

Onde:

R = Valor do reajuste

P₀ = Preço base proposto

IPCA = Índice Nacional de Preços ao Consumidor-amplo, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

IPCA₁ = Índice referente ao mês de aniversário da data de apresentação da proposta.

IPCA₀ = Índice referente ao mês da apresentação da proposta.

8.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

Repactuação

8.11. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

8.12. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação.

8.12.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

8.13. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (§ 4º do artigo 135 da Lei Federal n. 14.133/2021).

8.14. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (§ 5º do artigo 135 da Lei Federal n. 14.133/2021)

8.15. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

8.16. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (§§ 1º e 2º do artigo 135 da Lei Federal n. 14.133/2021)

8.17. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

8.17.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

Revisão

8.18. A revisão deve ser precedida de solicitação da Contratada, acompanhada de comprovação:

8.18.1. dos fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis;

8.18.2. da alteração de preços ou custos, por meio de notas fiscais, faturas, tabela de preços, orçamentos, notícias divulgadas pela imprensa e por publicações especializadas e outros documentos pertinentes, preferencialmente com referência à época da elaboração da proposta e do pedido de revisão; e

8.18.3. de demonstração analítica, por meio de planilha de custos e formação de preços, sobre os impactos da alteração de preços ou custos no total do Contrato.

8.18.4. A Matriz de Riscos define o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e é vinculante para pedidos de revisão.

8.18.5. A revisão que não for solicitada durante a vigência do Contrato considera-se preclusa com a prorrogação ou renovação contratual ou com o encerramento do Contrato.

8.18.6. Caso, a qualquer tempo, a Contratada seja favorecida com benefícios fiscais isenções e/ou reduções de natureza tributárias em virtude do cumprimento do Contrato, as vantagens auferidas serão transferidas à Contratante, reduzindo-se o preço.

8.18.7. Caso, por motivos não imputáveis à Contratada, sejam majorados os gravames e demais tributos ou se novos tributos forem exigidos da Contratada, cuja vigência ocorra após a data da apresentação da Proposta, a Contratante irá absorverá os ônus adicionais, reembolsando a Contratada dos valores efetivamente pagos e comprovados, desde que não sejam de responsabilidade legal direta e exclusiva da Contratada.

8.19. Os pedidos de revisão serão decididos em decisão fundamentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da formalização do requerimento.

8.19.1. A Contratante poderá realizar diligências junto à Contratada para que esta complemente ou esclareça alguma informação indispensável à apreciação dos pedidos. Nesta hipótese, o prazo estabelecido neste subitem ficará suspenso enquanto pendente a resposta pela Contratada.

8.20. Nas hipóteses desta cláusula, o próprio instrumento contratual deve ser firmado com os valores reajustados, repactuados ou revistos, devendo ser antecedido de parecer jurídico e de autorização do gestor

do contrato, cumpridos os demais requisitos prescritos neste contrato e no artigo 68 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município, tudo juntado aos autos do processo do contrato.

9. CLÁUSULA DÉCIMA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

9.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

9.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

9.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

9.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal n. 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

9.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

9.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

9.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 9.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 9.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 9.5.3. Indenizações e multas.

9.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do artigo 131 da Lei Federal n. 14.133/2021).

9.7. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

9.8. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

9.9. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

9.10. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

9.10.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para

reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (inciso I do § 3º do artigo 121 e alínea “b” do inciso III do artigo 139, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021); e 9.10.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

9.11. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (inciso II do §3º do artigo 121 da Lei Federal n. 14.133/2021).

9.12. O contratante poderá ainda:

9.12.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (alínea “c” do inciso III do artigo 139 da Lei Federal n. 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

9.12.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do artigo 139 da Lei n. 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

9.13. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV do artigo 14 da Lei n. 14.133/2021).

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021 e da Lei Municipal 4.056/2023, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §2º, da Lei Federal n.14.133/2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 4º do artigo 156 da Lei Federal n. 14.133/2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas

“b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (§5º do artigo 156 da Lei Federal n. 14.133/2021).

iv) **Multa:**

(1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) **moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.**

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei Federal n. 14.133/2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 0,5% a 30.% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (§9º do artigo 156 da Lei Federal n.14.133/2021)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do artigo 156 da Lei Federal n.14.133/2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação (artigo 157 da Lei Federal n.14.133/2021)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do artigo 156 da Lei Federal n.14.133/2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, preceituado no artigo 70 do Regulamento de Licitações e Contratos de Município, observando-se o procedimento previsto no capute parágrafos do artigo 158 da Lei Federal n.14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do artigo 156 da Lei Federal n.14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Caberá no prazo de 10 (dez) dias úteis, representação contra os atos da Comissão Permanente de Ética e Disciplina nas Licitações e Contratos, a ser encaminhada ao Secretário de Administração, que a receberá sem efeito suspensivo e decidirá a seu respeito após ouvida a Procuradoria-Geral do Município.

10.8. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação ao Chefe do Poder Executivo, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal n.14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal n. 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no artigo 159 da referida Lei.

10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (artigo 160 da Lei Federal n.14.133/2021)

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (artigo 161 da Lei Federal n.14.133/2021)

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar serão aplicadas conforme a dosimetria prevista no Artigo 71 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá e são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal n. 14.133/2021.

10.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma do artigo 72 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

11.1. Incumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei Federal n. 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao §2º do artigo 8º da Lei Federal n. 12.527/2011.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICIDADE E CONFIDENCIALIDADE

12.1. Quaisquer informações relativas ao presente Contrato, somente podem ser dadas ao conhecimento de terceiros, inclusive através dos meios de publicidade disponíveis, após autorização, por escrito, da Contratante. Para os efeitos desta Cláusula, deve ser formulada a solicitação, por escrito, à Contratante, informando todos os pormenores da intenção da Contratada, reservando-se, à Contratante, o direito de aceitar ou não o pedido, no todo ou em parte.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13.1. As partes comprometem-se a observar e cumprir com os preceitos previstos na Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

13.2. Cada Parte é exclusivamente responsável pelo tratamento de dados que realizar no contexto deste Contrato, sendo que a responsabilidade entre as partes é limitada aos danos efetivamente sofridos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Araranguá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme §1º do artigo 92 da Lei Federal n. 14.133/2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- CONTRATANTE

2- CONTRATADO

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO	
(a ser preenchido pela licitante e apresentado no envelope de habilitação)	
IDENTIFICAÇÃO	
Nome:	CPF:
Nome da Empresa:	CNPJ:
Função do(a) declarante(a) na Empresa:	Telefone de contato:
DECLARAÇÃO	
<p>Declaro, sob as penas da lei, para fins de participação em licitação, que a pessoa física/jurídica supra identificada:</p> <p>() não possui sócio que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até segundo grau, inclusive, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, em exercício na Administração Pública direta e indireta do Município de Araranguá/SC.</p> <p>() possui sócio que seja [] cônjuge ou companheiro(a) e/ou [] parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o segundo grau, inclusive, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, em exercício na Administração Pública direta e indireta do Município de Araranguá/SC, a seguir indicado(a):</p>	
Nome:	
Cargo:	Órgão de Lotação:
Grau de Parentesco:	
Assinatura responsável (declarante)	

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei, para fins do PREGÃO ELETRÔNICO N° __/__, que a empresa _____ não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº14.133/2021, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.